

# VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

## AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



### A POLÍTICA LINGUÍSTICA EM CAMPINA GRANDE REFERENTE A LIBRAS

Germana Silva de Oliveira (UFCC-IFPB)

Niédja Maria Ferreira de Lima (PPGED/ UFCC)

O presente texto apresenta algumas considerações sobre a Política Linguística referente à Língua Brasileira de Sinais (Libras) no município de Campina Grande – PB. Esta temática é parte integrante da pesquisa que está sendo desenvolvida no Mestrado em Educação na Universidade Federal de Campina Grande (PPGED/ UFCC) que visa investigar a inclusão dos surdos no IFPB, verificando o desenvolvimento da Política Linguística no campus. Será realizada no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus de Campina Grande e abrangerá o período de 2009 a 2018. Os sujeitos da pesquisa são a comunidade acadêmica do IFPB/CG e a comunidade surda. A pesquisa de cunho bibliográfico e documental fará o uso da técnica de entrevistas semiestruturadas que serão gravadas para posterior análise. Esperamos contribuir com a produção de conhecimento nesta área proporcionando, aos surdos, maior respeitabilidade.

O histórico das pessoas com deficiência é repleto de muitos registros de práticas excludentes e poucas atitudes de aceitação. Alguns autores destacam a década de 1980 para marcar os acontecimentos que dão origem ao que hoje conhecemos como processo de inclusão das pessoas com deficiência. Neste processo percebemos mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas que denotam um novo valor às questões sociais e faz com que surjam debates, pesquisas e ações governamentais. Em consonância com este processo, é notória a inserção da pessoa Surda nos diversos espaços sociais. Pertencentes a uma comunidade que tem como elo maior de identificação o uso da língua de sinais, os surdos necessitam dessa língua para o desenvolvimento de suas potencialidades (SACKS, 1990, entre outros). Entre os documentos que impulsionaram as Políticas Públicas para proporcionar a inclusão educacional das pessoas com deficiência, no âmbito internacional, estão a Declaração Mundial de Educação para Todos de 1990, a Declaração de Salamanca – 1994 e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso à igualdade (1994). No espaço nacional, encontramos a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394/1996, as Diretrizes Nacionais para Educação

# VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

## AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014.

No campo da Educação de Surdos, desde 1880, no Congresso de Milão foi adotado o Oralismo como método hegemônico para educação. Esta decisão levou a língua desiniais a um alijamento dos processos educacionais com surdos. No entanto, pesquisas linguísticas realizadas desde essa época de 1960 demonstraram o status linguístico das línguas de sinais, colocando abaixo esses mitos. Além do mais, o fracasso escolar na educação de surdos levou a aceitação de um novo paradigma para educação de surdos, o Bilinguismo, que surgiu nos anos de 1980 e propõe um novo olhar sobre a surdez e aceita a língua de sinais, como primeira língua das pessoas surdas. A educação bilíngue para surdos é “muito mais do que se fixar no domínio puro e simples de duas línguas na escola” se fazendo necessário o reconhecimento político do lugar e significado da surdez como diferença cultural e indelimitada da pessoa surda. No Brasil, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) se deu pela Lei nº. 10436, apenas em 2002 e regulamentação, em 2005, pelo Decreto nº. 5626. Este movimento junto as lutas da comunidade surda cria um contexto que se faz necessário o desenvolvimento de uma Política Linguística que promova a disseminação da Libras no país. Os estudos sobre Política Linguística são recentes e alguns autores como Eastman (1983), marcam a década de 1960 para o surgimento desta área, inicialmente, com pesquisas focadas “ao estudo e à resolução de “problemas linguísticos” de nações recém-liberadas da dominação colonial na África e na Ásia” (SILVA, 2011, p. 292). Já Oliveira (2017) cita Calvet (2007) para definir a Política Linguística como as decisões importantes que são tomadas na relação entre língua e sociedade, definindo qual (ou quais) língua ou variedade serão usadas e/ou proibidas nas instituições oficiais desta sociedade. Os estudos apontam que as pesquisas na área de Políticas Linguísticas com foco nas línguas de sinais são recentes e reflexos das discussões e ações sobre os direitos humanos (SOUSA e AFONSO, 2016). Esta constatação reforça a necessidade de estudos como este.

Em Campina Grande, a comunidade surda, que passou por todo o movimento de rejeição/aceitação da sua condição e da sua língua, também teve posturas de resistências. Destacamos o trabalho realizado durante a Habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Este trabalho foi de grande

# VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

## AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



importância para a educação de surdos e para o reconhecimento da Libras na região e resultou na fundação da Escola de Audiocomunicação Demostenes Cunha Lima – EDAC, em março de 1983 e na criação da Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG), em 1991. Segundo Gianine (2012) este trabalho tinha a “finalidade de suprir a inexistência de escolas para pessoas surdas no município e atender à necessidade urgente de um campo de estágio para a referida habilitação” (p.66).

Este contexto colaborou para que iniciativas governamentais fossem desenvolvidas e dessem origem ao que entendemos ser o desenvolvimento de uma Política Linguística referente a Libras na cidade. Outros marcos destacados pela citada autora, que entendemos como ações que caracterizam o início do desenvolvimento desta política são: em 1997, a criação da lei de Libras no município; em 1999, a criação dos cargos de instrutor e intérprete de Libras; em 2000 o concurso para ocupação destes cargos.

Assim, a comunidade surda de Campina Grande – PB passou por todo percurso histórico que as comunidades surdas de outras partes do país e do mundo e, neste contexto a Língua Brasileira de Sinais (Libras) também. De acordo com o exposto podemos perceber a contribuição da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para a consolidação da comunidade surda desta cidade e colaborou, junto com as posturas de resistências da mesma, para o início de uma Política Linguística referente a Libras. Porém, não encontramos outras ações do Governo Municipal em prol do desenvolvimento da política em questão. Desta forma fica evidente que ainda há muito a ser feito para o fomento da mesma, visto que, a comunidade surda tem se consolidado cada vez mais e a continuidade destas ações colabora para o inclusão social dos surdos.

### Referências

RASIL. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso 10/2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso 09/2017.

\_\_\_\_\_. Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso 09/2017.

GIANINI, Eleny. Professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação. . Tese de Doutorado Programa de Pós-Graduação em Educação. UFRN. Natal, 2012

# VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

## AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



<p>OLIVEIRA FabriciaBenda de et all. Revisão de literatura: pesquisa bibliográfica x pesquisadocumental. UFES. Jerônimo Monteiro, ES 2011 “<a href="https://www.google.com.br/url?sa=t&amp;rct=j&amp;q=&amp;esrc=s&amp;source=web&amp;cd=1&amp;cad=rja&amp;uact=8&amp;ved=0ahUKEwiSrdT6qbTXAhWITZAKHekFAaUQFggqMAA&amp;url=http%3A%2F%2Ffiles.wendelandrade.webnode.com.br%2F200000168-aac01abba1%2FPesquisa%2520bibliogr%25C3%25A1fica%2520versus%2520pesquisa%2520documental.trabalho.2011.1.doc&amp;usg=AOvVaw3a-sfmOSO4WNRHFg9MkSnK">https://www.google.com.br/url?sa=t&amp;rct=j&amp;q=&amp;esrc=s&amp;source=web&amp;cd=1&amp;cad=rja&amp;uact=8&amp;ved=0ahUKEwiSrdT6qbTXAhWITZAKHekFAaUQFggqMAA&amp;url=http%3A%2F%2Ffiles.wendelandrade.webnode.com.br%2F200000168-aac01abba1%2FPesquisa%2520bibliogr%25C3%25A1fica%2520versus%2520pesquisa%2520documental.trabalho.2011.1.doc&amp;usg=AOvVaw3a-sfmOSO4WNRHFg9MkSnK</a>”</p>
<p>SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.</p>
<p>SILVA, Elias Ribeiro. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. <b>Trabalhos em Linguística Aplicada</b>, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 289-320, abr. 2016. ISSN 2175-764X. Disponível em: &lt;<a href="https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645376">https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645376</a>&gt;. Acesso em: 11/2018.</p>
<p>SOUSA Socorro Cláudia Tavares de, AFONSO Lília dos Anjos. Políticas linguísticas sobre alibras: as crenças dos estudantes de letras languagepolicyon libras: beliefsoflettersstudents.Revista de Letras. UFC. 2016 Disponível em: <a href="http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/19335">http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/view/19335</a>. Acesso em 10/2017.</p>